

AÇORES: A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE E IDENTIDADE REGIONAL

CARLOS ENES

Quando se discute, nos nossos dias, o processo de regionalização no continente, surgem alguns argumentos desfavoráveis a esse processo, realçando a inexistência de uma tradição regionalista e a falta de uma identidade regional que justifique a divisão do país de acordo com os mais variados modelos de regionalização propostos. Mas, em relação aos Açores e à Madeira, praticamente, existe uma unanimidade de posições que consideram correctos o processo de criação das Regiões Autónomas insulares, tendo em conta as características geográficas, económicas, políticas, sociais, culturais e, ainda, as históricas aspirações autonomistas das populações, como vem expresso na Constituição da República Portuguesa. Ou seja, o texto consitucional reflecte uma certa consciência generalizada de que nos Açores existe uma forte identidade regional que justifica, conjuntamente com outros factores, a existência de um regime político-administrativo diferente do continente português.

De facto, nos nossos dias, podemos constatar que existe uma forte consciência açoriana, mais profunda que noutras regiões do país, mas o fenómeno é muito mais recente do que vulgarmente se julga.

Com esta comunicação pretende-se, de forma sucinta, apresentar uma proposta de análise do processo de construção da unidade e identidade regional açoriana, realçando as conjunturas favoráveis ao seu arranque, os objectivos políticos que a determinaram e as camadas sociais que se empenharam em teorizar todo o processo!

Como sabemos, as regiões, tal como as nações, são inventadas, na medida em que nenhuma delas é «inata» ou evidente para os membros que as constituem. A identidade estriba-se em factores objectivos, como o território, o clima, a origem antropológica comum e toda uma vivência sob uma mesma estrutura social e política que vai tecendo as características sócio-culturais e comportamentais idênticas

entre os naturais de uma região. Mas a afirmação de uma identidade regional implica a tomada de consciência da unidade e a assunção, pelas populações de um determinado território, da sua diferença em relação aos outros.

Do povoamento à Revolução Liberal

No caso dos Açores, até ao século XIX, várias razões de ordem histórica contribuíram para que as ilhas do arquipélago se apresentassem como unidades autónomas individuais, ciosas dos seus pergaminhos, sem perspectivas de unidade, durante alguns séculos. A homogeneidade geográfica e o povoamento, feito essencialmente por portugueses, funcionaram como um factor de identificação, na época moderna, mas a descontinuidade territorial e as dificuldades de comunicação desempenharam um papel inverso, circunscrevendo os ilhéus ao seu micro-mundo.

Como é do conhecimento geral, no início do povoamento as ilhas foram divididas em capitánias e entregues a diferentes capitães dos donatários, com poderes muito específicos que dispensavam e, até, dificultavam as relações entre as capitánias. Esta situação, aliada à descontinuidade geográfica, gerou um afastamento entre as ilhas, procurando cada uma resolver individualmente os seus problemas, quer localmente, quer directamente com o Poder Central.

Em 1766, por iniciativa régia, foi criada a Capitania Geral dos Açores, com sede em Angra, mas esta medida revelou-se inadequada às condições históricas do arquipélago. Por um lado, a imposição de uma Capitania Geral, com o objectivo de tornar mais eficaz a centralização do Poder, provocou um descontentamento generalizado nas classes dominantes que contestavam a diminuição dos respectivos poderes; por outro, a transformação de Angra num centro administrativo para todo o arquipélago originou vários protestos e rivalidades com as outras ilhas que procuravam libertar-se do domínio dos angrenses, preferindo muitas delas a dependência directa face a Lisboa. Quando se dá a Revolução Liberal, uma das preocupações das restantes ilhas foi a de se libertarem do domínio angrense e a divisão do arquipélago em três distritos, em 1836, acaba por ser, também, uma forma de satisfazer as pressões de S. Miguel e do Faial.

Para além dos aspectos político-sociais referidos, cada ilha constitui uma individualidade no contexto insular e os factores de ordem económica são um elemento importante para compreender a falta de unidade. Um dos aspectos que tem marcado a vida económica do arquipélago ao longo da sua história é a fraca articulação do espaço económico insular. A existência de características geográficas homogéneas contribuiu para que em todas as ilhas se produzissem géneros agrícolas semelhantes, cujos excedentes se canalizavam para um mercado

exterior ao próprio arquipélago. A economia de subsistência, com um peso bastante elevado, contribuiu para que as relações comerciais entre as ilhas fossem reduzidas e, por isso, a forte dependência face ao exterior, quer para as exportações, quer para as importações.

Até à Revolução Liberal, não vislumbramos na história dos Açores qualquer movimento em que as ilhas se tenham apresentado unidas para a defesa de interesses insulares. Por conseguinte, pensamos que, até ao princípio do século XIX, é perceptível a existência de uma consciência insular que se desenvolve desde os tempos do povoamento, em que os habitantes de cada ilha vivem embrenhados nos problemas que afectam o seu pequeno mundo. Até ao século XIX, existe, quando muito, uma consciência açoriana numa perspectiva meramente geográfica, onde os Açores são apreendidos como um espaço diferenciado do continente português, devido à descontinuidade geográfica.

A historiografia açoriana até ao século XVIII parece confirmar esta perspectiva de análise. Nas *Saudades da Terra*, de Gaspar Frutuoso, ou na *História Insulana* do Padre António Cordeiro, o arquipélago dos Açores é descrito juntamente com as Canárias e a Madeira, mas a história do arquipélago assenta na realidade ilha, como unidade autónoma. Há a percepção de que fazem parte de um conjunto geográfico diferenciado do continente português, mas as ilhas não são vistas numa perspectiva de unidade económica, social ou cultural.

Do Liberalismo ao 1.º Movimento Autonomista Micaelense

No início do século XIX, a Revolução Liberal alterou completamente a estrutura do Estado e o movimento político e ideológico subjacente a esta revolução sacudiu, também, a sociedade açoriana.

Paralelamente a uma nova estrutura político-administrativa, baseada em concepções políticas e filosóficas diferentes, foram sendo também aprofundadas e divulgadas determinadas doutrinas que defendiam a influência do meio geográfico nos comportamentos humanos, das quais resultou, no final do século, a noção de insularidade⁷

Deste modo, na sociedade açoriana irão surgindo, gradualmente, novas formas de encarar o arquipélago como uma realidade distinta do continente e que vai além dos aspectos meramente geográficos.

A partir da revolução liberal, o confronto entre os Açores e o Poder Central continua a ter como razões fundamentais aspectos de ordem económica e política, mas as razões de ordem cultural e etnográfica começam a revelar-se e a desempenhar um papel importante. Por um lado, para justificar um regime administrativo diferente do do continente e, por outro, como factores essenciais para a criação da unidade e identidade açorianas.

Em 1822, Joao Soares de Albergaria e Sousa, na *Corographia Açórica*³, defende a criação de um governo provincial dos Açores e adianta que o povoamento das ilhas não foi feito só por portugueses. Há, portanto, uma preocupação em frisar uma diferença etnocultural que acabará por ser retomada posteriormente.

Em 1853, José Torres escreve um artigo onde defende a «necessidade e modo de escrever uma história dos Açores»⁴, no qual expressa de forma clara a ideia de diferença entre açorianos e continentais, motivada pela enorme influência que o mar exerceu na individualidade dos primeiros.

Na segunda metade do século XIX, a vida cultural nos Açores sofreu um grande impulso em torno da presença de Feliciano de Castilho, em Ponta Delgada, e com a geração de Antero de Quental e Teófilo Braga. Neste período publicaram-se variadas obras que permitiram um melhor conhecimento do arquipélago⁵ e a imprensa periódica deu um enorme contributo para o incremento da vida cultural nas diversas ilhas.

A nível político-administrativo, o agrupamento das ilhas em distritos, em 1836, foi criando algumas afinidades em torno das relações político-administrativas que aproximavam os cidadãos em determinados momentos. Esta aproximação criou uma nova dinâmica entre açorianos de várias ilhas na defesa de interesses insulares. Em 1879, foi advogada a criação de «um partido liberal, formado pela uniao de todos os filhos do arquipélago em prol do nosso desenvolvimento e da prosperidade da pátria»⁶. Dois anos depois, um jornal micalense propõe a realização de um congresso açoriano⁷.

Temos, assim, a nível do arquipélago, uma posição claramente regionalista, em que se procura unir os açorianos para a defesa dos seus interesses. Mas no continente, o mesmo espírito de unidade entre os açorianos residentes em Lisboa, também se revela com a proposta de criação de um Grémio Insular.

A crise económica, vivida a partir de 1870, no sector industrial, colocou em confronto vários interesses açorianos com os continentais⁸. Na sequência desta crise desencadeia-se o primeiro movimento autonomista micalense. No discurso político já vinha sendo revelado o descontentamento face ao «abandono» a que os Açores tinham sido votados. Este sentimento de abandono desenvolve-se mais intensamente a partir do *fontismo*, em que o Poder Central é contestado por não contemplar o arquipélago com o vasto plano de desenvolvimento de infra-estruturas para o continente, nomeadamente estradas e caminhos de ferro. É neste contexto que se vulgariza a expressão «pátria-madrasta» para verberar o abandono a que estavam sendo votados os filhos dos Açores.

Mas para além destes aspectos, Aristides da Mota procurou também justificar o projecto autonomista que apresentou na Câmara dos Deputados, em 1892, na descontinuidade geográfica e num «modo de ser da consciência individual e colectiva, sensivelmente diferentes dos da população continental». Este modo de

ser resultaria da acção do clima, do insulamento, das relações com povos de outras raças, especialmente devido à emigração, e, ainda, devido ao facto de os açorianos serem provenientes de povos de diversas nações europeias. Embora não haja uma fundamentação teórica das suas ideias, tornava a reforçar-se o princípio de diferenciação entre açorianos e continentais.

No desenrolar do movimento autonomista ficou patente o desentendimento no arquipélago, não só entre as forças políticas de cada ilha como também nos projectos apresentados por angrenses e micalenses. Mas o processo autonomista provocou uma maior preocupação em compreender a sociedade açoriana e revelou os primeiros sinais de desejo de uma aproximação efectiva e afectiva entre os açorianos. A partir de então tornou-se frequente a utilização de expressões como fraternidade açoriana, alma açoriana e referência às ilhas como irmãs gêmeas. O próprio Hino da Autonomia procura expressar o movimento micalense como uma «clamor açoriano». Estes sentimentos representam, tanto quanto nos é dado conhecer, o início de um processo lento e complexo que visa a união entre os açorianos e a construção da consciência açoriana.

Da Fraternidade Açoriana ao Açorianismo

Logo após a aplicação do estatuto administrativo, em 1895 ao distrito de Ponta Delgada e em 1898 ao de Angra do Heroísmo, surgem vozes de vários quadrantes constatando que o mesmo era muito limitado e não satisfazia a pretensão de autonomia das Juntas Gerais. Como a experiência tinha acabado de demonstrar, foi-se criando a convicção de que as forças políticas insulares, apresentando-se divididas e fragmentadas, tinham dificuldades em impor os seus pontos de vista junto do Poder Central. Deste modo, a nível da imprensa regional assiste-se a um debate alargado, que se prolonga por muitos anos, onde se procura descortinar e esconjurar as razões do «bairrismo» açoriano, apresentando-se paralelamente, algumas medidas que procuravam promover a unidade/solidariedade do arquipélago.

Partindo do velho princípio de que a união faz a força, o desejo de unidade entre os açorianos tem um alvo e fins bastante concretos: «reclamar dos poderes públicos aquilo a que os Açores tem direito e as medidas tendentes a melhorar as condições económicas do archipelago»⁹. O desejo de união visa congregar forças para obter uma mais ampla autonomia e medidas de carácter político-económico adaptadas à especificidade insular.

A primeira grande iniciativa em prol da aproximação dos açorianos irá desencadear-se a partir de 1912, onde o futebol vai desempenhar um papel importante. Desde o início do século, o futebol estava ganhando implantação nas

principais ilhas e começaram a realizar-se excursões inter-ilhas com intuítos meramente desportivos. O jornal micalense *O Reporter* conseguiu captar o interesse destas excursões e procurou enquadrá-las e aproveitá-las para desenvolver o espírito de confraternização insular ou açoriana. Com esta confraternização pretende-se criar laços de amizade para que «melhor possamos todos defender os nossos interesses e, com confiança, encarar os nossos destinos»¹⁰. Depois de consolidada a solidariedade e amizade entre os ilhéus seria mais fácil concretizar «a justa aspiração do arquipélago de conquistar a sua autonomia administrativa».

O movimento desenvolve-se com uma forte carga simbólica, mas também com alguns contratempos porque as rivalidades desportivas acirravam os ânimos e eram um factor de animosidade. Mas nos anos 20, as excursões desportivas passaram a integrar uma componente cultural, com a presença de elementos da elite intelectual que pronunciavam discursos ideológicos promovendo a unidade e solidariedade. A partir dos anos 20, regista-se um salto qualitativo a nível conceptual: a realização dos interesses «morais e materiais» do arquipélago passa pela criação do espírito açoriano, pela criação da consciência açoriana que chegou a ser definida como o «conjunto de convicções que devem ser a directriz do esforço dos açorianos em prol do interesse colectivo»¹¹.

Quando atingimos a década de 20, é perceptível a distinção entre consciência açoriana e consciência insular. Enquanto esta diz respeito a cada uma das ilhas, individualmente, com a consciência açoriana procura-se abarcar todo o arquipélago, não só como uma unidade geográfica mas também como um conjunto de interesses comuns que devem ser defendidos em acções conjuntas

«Criar o espírito açoriano, vivificá-lo, uniformizá-lo, dando unidade a estes nove retalhos da terra portuguesa», foi apontado, logo no início da década de 20, como a «mais urgente e imperiosa necessidade»¹².

Deste modo, as elites locais tomavam consciência de que a unidade e identidade açorianas só se poderiam afirmar através da consciencialização das populações com um conjunto de ideias e valores que passaram a designar-se por açorianismo. Trata-se, basicamente, de um ideário de cariz político-ideológico, que pugnava pela afirmação da identidade açoriana e pelo reforço da consciência das populações, no sentido de defender os interesses do arquipélago.

Gerou-se, então uma reflexão alargada sobre a sociedade açoriana em busca das suas raízes e especificidades. A componente etnocultural, que até aqui tinha sido vista de modo muito vago e pouco fundamentado, passa a merecer uma atenção especial nas diversas intervenções.

Influenciada pela corrente saudosista, liderada por Teixeira de Pascoaes que, desde 1912, procurava ressuscitar a Pátria Portuguesa, e assumindo muitas ideias do Integralismo Lusitano, a elite açoriana procura «reatar o fio perdido da Tradição

e do Passado», de forma a atingir a alma das camadas populares e despertar, assim, o «impulso instintivo da Grei»¹³ A descoberta do passado e a recuperação da tradição assumem, a partir de então, um papel ideológico importante. O movimento revivalista inicia a sua marcha com o intuito de «açorianizar os Açores», combatendo a onda de universalismo que o invadia.

A partir dos anos 20, aumenta o número de publicações com trabalhos sobre história e etnografia locais em que se mitificam alguns personagens e episódios da história açoriana e se defende a criação de uma literatura açoriana.

Mas paralelamente, desenvolve-se toda uma campanha de projectar os Açores no continente com objectivos turísticos mas também políticos que visa passar a imagem de um arquipélago com características específicas no contexto nacional. A complementar esta acção criou-se, em 1927, o Grémio dos Açores em Lisboa, que funcionou como um *lobby* junto do Poder Central¹⁴.

O açorianismo desenvolveu-se nos anos 20 como um movimento complexo. Debaixo da capa da unidade digladiavam-se interesses vários: uns de ordem económica, em que determinadas forças procuram, através dele, angariar benefícios particulares; outros de ordem política, em que determinados grupos tentaram desprestigiar e aniquilar o regime republicano. Ainda a nível político, os projectos de constituição de uma província açoriana, com governo próprio, também não vingaram. Nesta altura, não estavam criadas as condições para a unidade política do arquipélago, mas foram dados passos significativos para a criação de uma consciência açoriana, pelo menos a nível da intelectualidade regional.

A Açorianidade

Na década de 30, dão-se algumas modificações de carácter político-económico a nível nacional, que se reflectem na dinâmica do movimento.

Vitorino Nemésio, em 1932, por analogia com o termo hispanidade, fala pela primeira vez em açorianidade, numa perspectiva meramente cultural¹⁵. A expressão foi aproveitada por Luis da Silva Ribeiro que publicou, em 1936, uma série de artigos intitulados «Subsídios para um Ensaio sobre a Açorianidade», que tem sido entendida como a maneira de ser, estar e sentir dos açorianos que se distinguem, por esse facto, dos continentais.

Nestes artigos, bastante influenciados pelos princípios do determinismo geográfico, o autor procura fixar aquilo que se lhe afigura «mais característico» no meio açoriano – o vulcanismo, a presença constante do mar, a insularidade ou isolamento do resto do mundo, a humidade do ar, a nebulosidade do céu, a temperatura oscilante entre limites estreitos, etc. Procura, ainda, detectar as

diferenças entre as ilhas e o continente, no que respeita às condições geográficas e da paisagem e verificar, ao mesmo tempo, quais as qualidades morais comuns a todos os ilhéus, como por exemplo, a sua religiosidade profunda, o espírito de submissão, a indolência, a imaginação criadora, o espírito satírico, etc.

Apesar das suas conclusões afirmativas, Luis Ribeiro tinha plena consciência da complexidade do problema e, por isso, advertiu os seus leitores para que as lessem «como meras conjecturas ou possibilidades e não como afirmações seguras e factos averiguados e certos»¹⁶. O trabalho de Luis Ribeiro apresenta uma série de fragilidades, mas o que importa referir é que, apesar das suas advertências, os adeptos da açorianidade transformaram o seu trabalho numa espécie de bíblia, até ao presente, sem que tivesse sido feita uma abordagem crítica. A açorianidade é um aprofundamento do conceito de açorianismo na medida em que se traçam as causas da diferença entre açorianos e continentais e se enunciam factores de identidade que irao ser aproveitados como suporte teórico para a acção reivindicativa face ao Poder Central

Em 1938, realizou-se, em Lisboa, o 1º Congresso Açoriano, numa iniciativa do Grémio dos Açores. O livro que se publicou com as intervenções dos congressistas foi referenciado como um verdadeiro «tratado de açorianismo» e este congresso representa o momento culminante de todo o processo até então desencadeado em torno da unidade e identidade açorianas.

As características do regime vigente não permitiram grandes manifestações políticas de regionalismo, mas a nível cultural continuaram a desenvolver-se uma série de accoes que foram cimentando gradualmente a consciência açoriana, com a criação de varios institutos que promoveram iniciativas de relevo no campo cultural. A intervenção do Estado Novo na esfera económica, ao tomar medidas que facilitaram uma maior articulação económica do arquipélago, contribuiu involuntariamente para aprofundar a consciência açoriana e o espírito de unidade açorianas. Algumas empresas industriais açorianas passaram a ter o monopólio de abastecimento do arquipélago, afastando a concorrência estrangeira; criou-se a Comissão Reguladora dos Cereais, organismo de coordenação económica que desempenhou um papel importante na cooperação entre as ilhas; aboliram-se as barreiras alfandegárias entre as ilhas e nos Planos de Fomento os Açores foram equiparados a uma Região. Logicamente que algumas destas medidas beneficiaram os sectores mais fortes da economia regional, mas o reconhecimento dos Açores como uma região económica permitiu conjugar esforços com vista a obter um desenvolvimento integrado.

Com o «25 de Abril» entramos na fase decisiva da consolidação da unidade política e do reforço da identidade açoriana. Os primeiros projectos regionais ainda apresentavam a divisão do arquipélago em distritos, mas acabou por vingar a proposta da criação de uma Região Autónoma. A dinâmica do «Verão Quente

de 1975⁴ e o desencadear das movimentações separatistas nalgumas ilhas contribuíram significativamente para a radicalização do processo, desenvolvendo-se toda uma campanha ideológica em prol de uma identidade específica. A nível interno ainda subsistem fortes tensões bairristas, mas existe uma perfeita consciência das vantagens da unidade política vigente, como a via mais eficaz para enfrentar um inimigo exterior – o continente / Poder Central.

A criação da Região Autónoma, com os seus órgãos próprios, quadros políticos e funcionalismo introduziram uma situação política e sociologicamente diferente que permitiu o reforço do discurso e da prática da identidade regional. Os órgãos de comunicação voltaram a desempenhar um papel importante em todo este processo, mas a Televisão regional destacou-se em relação a todos eles. Cobrindo toda a região consegue criar laços afectivos e de identificação, veiculando um discurso político regionalista com eficácia junto de camadas da população até então afastadas dos meios informativos. A campanha deu os seus frutos também no exterior pois conseguiu-se passar a mensagem de uma forte identidade açoriana, muito específica no contexto nacional, que se expressa através do conceito de açorianidade. Demonstrar a veracidade, ou não, deste conceito é uma proposta aliciante, mas ultrapassa os limites desta comunicação.

Notas

¹O tema é tratado de forma mais desenvolvida em Luis da Silva Ribeiro, *Obras IV - Escritos político-administrativos, estudo introdutorio e organização de Carlos Enes, IHIT/SREC, Angra do Heroísmo, 1996*

²Lucien Febvre, *A Terra e a Evolução Humana - Introdução geográfica à História*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991.

³J.S.A.S., *A Corographia Açórica*, Lisboa, 1822, p. 41.

⁴José Torres, *Revista Açores*, Ponta Delgada, vol. II, Janeiro, 1853, p. 7.

⁵Ver trabalho de José Guilherme Reis Leite, *Um século de Historiografia açoriana - 1859-1950*, comunicação à sessão ordinária de 8-3-1991 da Academia Portuguesa de História.

⁶*Açores*, Angra do Heroísmo, 13-11-1879.

⁷*A Persuasão*, Ponta Delgada, Fevereiro, 1881.

⁸Ver Maria Isabel Joao, *Os Açores no século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991.

⁹*Correio Michaelense*, 4-7-1908.

¹⁰*O Reporter*, 20-4-1912.

¹¹M. Caetano Pereira, *A Actualidade*, Ponta Delgada, 14-5-1924.

¹²Luis Ribeiro, *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 11-11-1920.

¹³*Revista Os Açores*, nº 2, Agosto, 1922.

¹⁴Carlos Enes, *A Casa dos Açores em Lisboa*, Lisboa, ed. da Casa dos Açores, 1996.

¹⁵*Revista Insula*, nº 7/8, Ponta Delgada, Julho/Agosto, 1932.

¹⁶Luis da Silva Ribeiro, *Subsídios para um Ensaio sobre a Açorianidade*, *Obras II - História*, Angra do Heroísmo, IHIT/SREC, 1983C